

Dinheiro de privatização vai pagar dívida externa

Medida vai reduzir risco de pressão inflacionária, já que entrada de recursos não terá impacto sobre a política monetária

Sílvia Faria, Adriana Wilner
e Angelo Pavini

• BRASÍLIA e SÃO PAULO. A perspectiva de entrada de grande soma de dólares com a privatização da Vale do Rio Doce trouxe um novo problema para a área econômica do Governo. Como todo dólar que entra no país é convertido em real, a entrada significa mais dinheiro na economia e exerce pressão inflacionária. A solução pode ser, na opinião do diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Gustavo Franco, e do secretário do Tesouro, Murilo Portugal, usar os dólares diretamente para abatimento da dívida externa do país.

Apesar de a dívida externa ser barata — custa 4% ao ano, contra 15% da dívida interna — e ter um perfil longo, é negócio antecipar seu resgate. Segundo Franco, os bônus da dívida poderiam ser adquiridos pela metade de seu preço no mercado secundário (em função do deságio). Consequentemente, a economia com os juros seria o dobro dos 4%.

Essa alternativa seria a mais adequada para neutralizar totalmente o impacto da entrada de recursos estrangeiros. Como o Brasil tem um déficit relativamente pequeno em transações correntes (contas externas), os dólares não são passíveis de absorção sem impacto monetário. Quando um país deve muito ao exterior, como foi o caso da Argentina durante o deslanche de

seu programa de privatização, os dólares obtidos com a venda das estatais são usados para pagar os compromissos externos.

No caso brasileiro, a internação sai cara. Como os dólares não circulam internamente, o Banco Central os converte em reais e os põe no mercado. O excesso de liquidez decorrente é inflacionário, porque cria uma situação em que há mais dinheiro circulando do que produto disponível para consumo. O mesmo BC emite tí-

tulos para retirar o dinheiro de circulação. Esses títulos compõem a dívida pública mobiliária e custam TR mais juros em torno de 15% ao ano. Assim, se a aplicação de recursos não compensar este custo, a entrada de dólares estará sendo onerosa.

Hoje isso já ocorre com o aumento de reservas internacionais. O BC ganha menos aplicando os dólares da reserva no mercado do que gasta pagando os juros da dívida mobiliária interna.

Mas Gustavo Franco defende a necessidade dessa reserva, como um seguro contra eventuais crises externas, como a que correu em dias as reservas do México.

Antes de encontrar uma solução para a internação dos dólares, o Governo está diante de outro dilema: onde aplicar o dinheiro obtido com as privatizações. O Ministério da Fazenda e o Banco Central defendem o uso para abater dívidas, para equilibrar as contas públicas. Os ministérios

setoriais, o BNDES e o próprio presidente Fernando Henrique são favoráveis a investir pelo menos parte do dinheiro. Na última discussão, sobre o que fazer com R\$ 1,33 bilhão obtidos com a venda da Light, venceu o argumento da Fazenda. O dinheiro será repassado ao Tesouro, como pagamento da dívida da Eletrobrás. Do total, R\$ 150 milhões apenas vão para o Porto de Sepetiba.

Depois de uma discussão semana passada, em que a Fazenda e a Eletrobrás divergiram sobre a utilização dos recursos (a estatal queria investir o dinheiro), o ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, entendeu-se com seu colega Pedro Malan e mandou a Eletrobrás repassar os recursos ao Tesouro, segundo informou Brito ao GLOBO.

Previsões de Dornbusch não diminuíram apetite de investidores

O apetite dos investidores continua aberto ao mercado brasileiro, mesmo após os bombásticos comentários do economista americano Rudiger Dornbusch sobre a necessidade de desvalorização cambial. É o que transpareceu durante o seminário "O futuro da política cambial no Brasil", realizado ontem em São Paulo, que contou com a presença de Gustavo Franco, diretor da área internacional do Banco Central. Ao defender a política econômica atual, Franco exibiu como trunfo o fato de que os investimentos diretos neste ano correspondem ao

triplo da cifra que entrou no país no ano passado. A estimativa é de um ingresso de US\$ 8 bilhões em investimentos diretos, de acordo com Joubert Furtado, diretor do Departamento de Reservas Internacionais do BC. Segundo Furtado, não houve qualquer alteração no volume das reservas ou dos juros dos papéis brasileiros após as declarações de Dornbusch.

O otimismo extrapola os membros do BC. O ex-ministro da Fazenda Marcílio Marques Moreira, hoje consultor do banco de investimento americano Merrill Lynch, estima que o país receberá este ano US\$ 7 bilhões de investimentos produtivos, principalmente em setores de bens de consumo, como alimentos, linha branca e farmacêutico. Os investidores, segundo ele, não estão só interessados em grandes empresas. Recentemente, foram criados dois fundos nos EUA que contam com US\$ 500 milhões para investir em empresas brasileiras de médio porte, muitas que nem têm ações negociadas nas bolsas.

Um desses fundos é o Darbi Sound, administrado pelo ex-secretário do Tesouro Americano, Nicolas Brady, um dos responsáveis pela reestruturação da dívida dos países da América Latina. Somente este fundo, segundo Marcílio, teria US\$ 180 milhões para aplicar no Brasil. Bancos brasileiros como Garantia, Pactual e Opportunity também estão montando operações semelhantes no exterior. ■